



A presença de mulheres indígenas nas universidades brasileiras: uma revisão de escopo

The presence of indigenous women in Brazilian universities: a scoping review

Thalyta Juliana da Silva Gomes^a  & Socorro de Fátima Moraes Nina^b 

^a *Universidade Federal do Amazonas*

^b *Universidade do Estado do Amazonas*

A presença de estudantes indígenas nas universidades brasileiras é resultante de lutas individuais e coletivas por acesso a uma educação com equidade e qualidade, que assegure a articulação entre os diversos saberes existentes. O objetivo desse artigo é investigar os estudos que abordam a presença de mulheres indígenas nas universidades brasileiras nos últimos 05 anos. Para tanto, com base em uma revisão de escopo, levantaram-se dados publicados entre 2018 a 2023, nas seguintes bases de dados: CAPES, SciELO, Scopus e Outros. A revisão seguiu as diretrizes do protocolo PRISMA-ScR e resultou em 09 artigos incluídos conforme os critérios de inclusão e exclusão definidos, os quais passaram pelo processo de análise qualitativa de conteúdo. Os resultados revelam uma predominância de temas relacionados a: ações afirmativas; universidade como um território indígena; desafios da mulher indígena na universidade; e protagonismo da mulher indígena. Apesar da presença das mulheres indígenas nas universidades brasileiras ocorrerem de forma mais ativa, isso não significa que essa presença aconteça sem dificuldades. Portanto, reforçamos a necessidade do desenvolvimento de pesquisas voltadas as especificidades das mulheres indígenas universitárias com o intuito de promover reflexões e ações que contribuam para sua inserção e permanência no ensino superior. O protocolo dessa revisão está registrado no Open Science Framework (<https://doi.org/10.17605/OSF.IO/Y4RNT>).

Palavras-chave: mulheres indígenas, ensino superior, universidade

The presence of indigenous students in Brazilian universities is the result of individual and collective struggles for access to an education with equity and quality, which ensures the articulation between the various existing knowledges. The aim of this article is to investigate studies on the presence of indigenous women in Brazilian universities over the last five years. To this end, based on a scoping review, data published between 2018 and 2023 was collected from the following databases: CAPES, SciELO, Scopus and Others. The review followed the guidelines of the PRISMA-ScR protocol and resulted in 09 articles included according to the defined inclusion and exclusion criteria, which underwent a qualitative content analysis process. The results reveal a predominance of themes related to: affirmative action; university as an indigenous territory; challenges for indigenous women at university; and the leading role of indigenous women. Although the presence of indigenous women in Brazilian universities is more active, this does not mean that their presence is without difficulties. We therefore reinforce the need to develop research focused on the specificities of indigenous university women in order to promote reflections and actions that contribute to their inclusion and permanence in higher education. The protocol for this review is registered in the Open Science Framework (<https://doi.org/10.17605/OSF.IO/Y4RNT>).

Keywords: indigenous women, higher education, university

Agradecimentos: À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM).

Contato: T.J. da Silva Gomes. Universidade Federal do Amazonas, Brasil. thalyta.juliana@hotmail.com

Como citar: da Silva Gomes, T.J.S. & Nina, S.F.M. (2024). A presença de mulheres indígenas nas universidades brasileiras: uma revisão de escopo. *Revista de Psicologia*, 33(2), 1-12. <http://dx.doi.org/10.5354/0719-0581.2024.71620>

Introdução

A presença de estudantes indígenas nas universidades brasileiras tem sido impulsionada pela implementação de diversas políticas e ações no ensino superior público e privado. Essas iniciativas incluem propostas de ações afirmativas adotadas pelos governos, pelas instituições de ensino e iniciativas privadas, visando combater as diferentes formas de discriminação, desigualdade e exclusão (Ames & Almeida, 2021). Embora as primeiras experiências de ações afirmativas para estudantes indígenas tenham começado no início da década de 1990, mediante convênios entre a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e algumas universidades públicas e privadas, o ingresso de estudantes indígenas tem ganhado destaque mais recentemente (Bergamaschil et al., 2018). É importante ressaltar também que, em resposta aos estereótipos associados ao termo “índio”, houve uma mudança na nomenclatura da FUNAI. Desde 1º de janeiro de 2023, o órgão passou a se chamar Fundação Nacional dos Povos Indígenas, conforme estabelecido pela Medida Provisória n.º 1.154.

Após a III Conferência de Durban realizada na África do Sul em 2001, onde se discutiu sobre a importância das ações afirmativas, o governo federal brasileiro comprometeu-se em combater as desigualdades existentes por meio da criação de políticas de ações afirmativas para a inclusão de grupos discriminados e excluídos socialmente. Assim, o ingresso de indígenas no ensino superior ocorreu por meio de um conjunto de ações, dentre as quais podemos citar: o Programa Diversidade na Universidade criado em 2002; Programa de Licenciaturas Interculturais Indígenas (PROLIND) criado em 2005; Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) criado em 2007; e o Programa Universidade para Todos (PROUNI) criado em 2012. No entanto, somente em 2012 foi criada a Lei Federal n.º 12.711, conhecida como a lei de cotas (David et al., 2013). Em suma, essas políticas visam o ingresso de pessoas pertencentes a grupos historicamente excluídos como, negros, indígenas, pessoas com deficiência e pessoas de baixa renda em cursos de graduação (Dal Bó, 2018).

De acordo com Baniwa (2019), o acesso ao ensino superior é uma grande conquista histórica no processo de democratização do direito à educação superior no Brasil e na promoção da igualdade de oportunidades para todos. Ou seja, não se trata de um privilégio, mas

de uma oportunidade necessária para os povos indígenas de participação e inserção na esfera social e política, possibilitando a garantia de seus direitos por meio de uma argumentação estratégica com o Estado. Por isso, o acesso à educação é uma maneira pela qual os povos indígenas passam a ter conhecimento acerca das questões sociopolíticas para uma melhor tomada de decisão coletiva. Em que a universidade deve ser percebida como um espaço importante de afirmação social, econômica e cultural (Amaral, 2010).

Conforme o levantamento realizado por Braga e Almeida (2022), o número de matrículas de estudantes indígenas nas universidades federais brasileiras apresentou um acréscimo gradual entre 2011 e 2020. Os números anuais foram os seguintes: 2011: 9.756 matrículas; 2012: 10.282 matrículas; 2013: 13.687 matrículas; 2014: 22.009 matrículas; 2015: 32.147 matrículas; 2016: 49.026 matrículas; 2017: 56.750 matrículas; 2018: 57.706 matrículas; 2019: 56.257 matrículas; 2020: 56.750 matrículas. Uma possível hipótese para o aumento no número de matrículas de estudantes indígenas nas universidades federais brasileiras pode ser devido ao impacto da Lei Federal n.º 12.711, que estabelece cotas para estudantes em instituições públicas. No entanto, em 2020, houve uma diminuição nos números, o que pode ser atribuído a diversos fatores externos e ambientais, como, por exemplo, as consequências da pandemia de Covid-19. Além disso, não há informações disponíveis sobre o número de matrículas especificamente desses estudantes, divididas por gênero.

Contudo, apesar dos povos indígenas garantirem o direito à educação superior, isso não significa que o acesso a esse direito aconteça sem dificuldades, afinal, existem inúmeras barreiras que impedem os estudantes indígenas, principalmente as mulheres de permanecerem e concluírem o ensino superior, tornando a permanência na universidade um desafio (Herbetta & Nazareno, 2020). Essas dificuldades são intensificadas pelas desigualdades sociais que afetam diretamente a vida das mulheres, resultando em situações de desvantagem, marginalização e vulnerabilidade, perpetuando ciclos de discriminação e dificultando ainda mais o percurso acadêmico dessas mulheres (Vasques et al., 2023; Pantoja & Ferreira, 2023).

Diante disso, faremos o recorte de gênero, considerando que as mulheres, em geral, ainda sofrem os efeitos da cultura patriarcal. No caso das mulheres indígenas, esses efeitos tendem a se acentuar, uma vez que a desigualdade de gênero e a desigualdade social

limitam o acesso e permanência dessas mulheres no ensino superior. Por isso, ingressar na universidade contribui para uma luta indígena feminina ainda maior, haja vista que a mulher indígena enfrenta inúmeras formas de discriminação histórica que se combinam e se sobrepõem, resultando em sua exploração, violência e violação de direitos. Sendo fundamental compreender a violência e discriminação sofrida por essas mulheres a partir da interseccionalidade (Oliveira, 2014).

Para Crenshaw (2002) a interseccionalidade é uma abordagem que permite uma análise sobre como diferentes formas de desigualdade e opressão se sobrepõem e interagem entre si. Em vez de tratar categorias sociais como raça, gênero, classe ou sexualidade isoladamente, a interseccionalidade considera como essas categorias interagem e influenciam a experiência das pessoas. Em outras palavras, investiga como essas relações interseccionais de poder moldam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade e as experiências individuais na vida cotidiana (Collins & Bilge, 2020). Assim, a interseccionalidade na pesquisa é uma ferramenta analítica crucial para a produção de dados, análise e transformação, por possibilitar o entendimento das complexas realidades das identidades sociais e suas implicações nas experiências de opressão e privilégio (Collins & Bilge, 2020; Ferreira et al., 2024; Lima e Nóbrega, 2024; Sena & Oliveira, 2024; Silva et al., 2024; Vieira & Torrenté, 2022).

De acordo com Barreto (2014), pesquisas demonstram que as mulheres são maioria nos diversos níveis educacionais, e no ensino superior não é diferente. Embora, a presença feminina nas universidades seja significativa, tal constatação não exclui as dificuldades para permanência nesse espaço, considerando as questões de gênero, etnia e condição social. Em relação às mulheres indígenas universitárias, Arcanjo (2011) ressalta que a presença das mulheres indígenas como estudantes e pesquisadoras tem ocorrido de forma mais visível e ativa nas universidades brasileiras, sendo a universidade um território de disputa epistemológica onde o diploma representa uma ferramenta importante de luta para essas mulheres e seu povo.

Por essa razão, o ensino superior desempenha um papel fundamental na luta da mulher indígena por autonomia e visibilidade em espaços historicamente dominados por homens. Isso possibilita a atuação em suas próprias causas indígenas e a ocupação de espaços de maior visibilidade na sociedade. Mesmo diante de realidades excludentes e desiguais, as mulheres indígenas universitárias continuam lutando e resistindo na busca por igualdade de direitos, tanto dentro quanto fora de suas comunidades, para que seus direitos sejam

reconhecidos e garantidos (Molina & Ribeiro, 2023).

Portanto, conhecer a realidade das mulheres indígenas universitárias, implica em mergulhar em um campo diverso, porém pouco divulgado, considerando a escassez de pesquisas e estudos sobre a presença da mulher indígena no contexto universitário. A partir desta conjuntura, este artigo tem como objetivo investigar os estudos que abordam a presença de mulheres indígenas nas universidades brasileiras nos últimos 05 anos.

Método

O presente estudo trata-se de uma revisão de escopo. A revisão de escopo visa mapear e explorar a literatura existente sobre um determinado tema, identificando diversos desenhos de estudos, os principais conceitos, fontes, teorias e lacunas no conhecimento (Costa et al., 2022).

Essa revisão segue as etapas recomendadas pelo Institute Joanna Briggs (JBI), iniciando com: (1) identificação do problema de pesquisa; (2) busca por estudos relevantes; (3) seleção de estudos; (4) extração dos dados; (5) agrupamento, sumarização e apresentação dos resultados (Peters et al., 2020).

Delimitou-se o problema de pesquisa usando a estratégia PCC (População, Conceito e Contexto), conforme orientações propostas pelo JBI. Sendo P: mulheres indígenas; C: universidade; e C: estudos brasileiros. Assim, o seguinte problema de pesquisa foi elaborado: Quais os estudos no Brasil que abordam a presença de mulheres indígenas na Universidade?

Para a realização da revisão de escopo, elaborou-se um protocolo com itens inspirados no protocolo Extension for Scoping Reviews (PRISMA-ScR) (Tricco et al., 2018). A busca, seleção e análise dos artigos foi realizada no mês de janeiro a abril de 2023. Referente ao ano da publicação dos estudos, foi incluído o restritor de 01 de janeiro de 2018 a 30 de abril de 2023 (últimos 5 anos), sendo utilizados os seguintes bancos de dados: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); Biblioteca Científica Eletrônica Online (SciELO); Scopus; e Outros. A categoria “Outros” trata-se dos artigos identificados na literatura cinzenta mediante a Google Acadêmico. Em relação às bases de dados Education Resources Information Center (ERIC) e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) não foram utilizadas por não retornarem artigos que englobassem a temática pesquisada.

No processo de construção da *string*, foram realizados diversos testes com diferentes descritores a fim de encontrar uma estratégia de busca que contemplasse o maior número de estudos sobre o assunto.

Após realizar os testes com a *string* construída, chegou-se à conclusão de que a estratégia de busca que mais retornou estudos foi a seguinte: “Mulher/Woman” AND “Indígena/Indigenous” AND “Universidade/University”, com o restritor para o período das publicações, sendo dos últimos cinco anos. Todos os termos utilizados são descritores controlados, cadastrados nos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS). O protocolo dessa revisão está registrado no Open Science Framework (DOI 10.17605/OSF.IO/Y4RNT).

Como critérios de inclusão foram considerados os seguintes: (1) artigo científico publicado nos últimos 5 anos; (2) estudos brasileiros sobre mulher indígena universitária; (3) estudos em língua inglesa, espanhola ou portuguesa. Os critérios de exclusão foram: (1) mulheres indígenas não brasileiras; (2) resumos, relatório de pesquisas, monografias, dissertações, teses e livros; (3) outras revisões. Esses critérios foram considerados para a obtenção de dados com um recorte temporal suficiente para coletar pesquisas mais recentes.

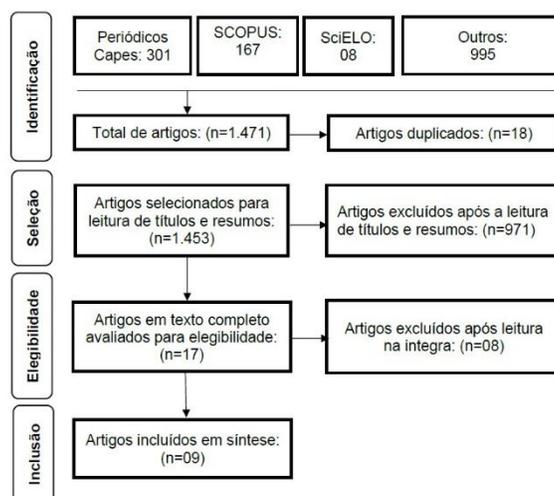
O processo de seleção dos artigos, foi conduzido de forma independente, por dois juízes que emitiram parecer sobre a inclusão ou não dos artigos, em casos que houve divergências de parecer, foi contatado um terceiro juiz. Para o processo de sistematização e seleção dos artigos, utilizou-se o aplicativo *Rayyan*, por permitir a importação, seleção e detecção de estudos duplicados de forma sistematizada e eficiente. Após a identificação dos estudos, foram removidos os estudos duplicados e os estudos que não atendiam os critérios

de inclusão, foi posteriormente realizada a leitura dos títulos e resumos dos estudos que correspondiam aos critérios estabelecidos para essa revisão. Os estudos selecionados foram lidos na íntegra e para a extração dos dados, foi considerado, o ano de publicação, local de realização do estudo, delineamento metodológico, objetivos e resultados. Depois do processo de seleção dos estudos e definidos aqueles que seriam inclusos na revisão, foi realizada uma análise do conteúdo dos artigos para identificar temas convergentes e divergente entre as publicações.

Resultados

A partir das estratégias de buscas utilizadas, foram encontradas 1.471 referências, estando distribuídas da seguinte forma nas bases de dados: CAPES (n=301); Scopus (n=167); SciELO (n=08); Outros (n=995). Seguindo os critérios de elegibilidade das 1.471 referências encontradas, 18 foram removidas por serem estudos duplicados entre as bases de dados, 971 foram removidas por não atenderem os critérios de inclusão e 482 foram selecionadas para leitura do título e resumo. Após a leitura do título e resumo, 17 artigos foram selecionados e lidos na íntegra. Ao final, 09 artigos foram incluídos no estudo para análise, conforme demonstra a Figura 1.

Figura 1
Fluxograma adaptado do PRISMA-ScR com as fases da revisão de escopo



Fonte: Elaboração própria.

Para apresentar as informações dos estudos incluídos na revisão, os resultados das análises são apresentados a partir da descrição de dois conjuntos de dados principais, sendo: 1) caracterização dos aspectos gerais das publicações; e 2) meta-síntese das categorias temáticas dos estudos sobre mulheres indígenas e universidade.

Aspectos gerais das publicações

Considerando o recorte temporal utilizado para a busca dos artigos, iniciou-se a avaliação quantitativa pontuando o ano das publicações dos estudos que versam sobre mulheres indígenas nas universidades brasileiras. Observou-se que os estudos sobre essa temática ocorreram com maior destaque nos anos de 2018 (n=3) e 2020 (n=3), seguidos dos anos de 2019 (n=1), 2021 (n=1) e 2022 (n=1), demonstrando a escassez de estudos sobre essa temática nos últimos 5 anos. Quanto as regiões brasileiras, obteve-se: (n=3) estudos na Região Norte, (n=3) na Região Centro-Oeste e (n=3) na Região Sul. Não foram encontrados estudos nas regiões Nordeste e Sudeste. Com relação aos estados em que foram realizados os estudos, ocorreram em 7 estados diferentes, sendo que Tocantins (n=2) e Rio Grande do Sul (n=2) tiveram o maior número de publicações, seguidos por Mato Grosso do Sul (n=1), Paraná (n=1), Brasília (n=1), Goiás (n=1) e Pará (n=1).

Referente as universidades brasileiras onde os estudos foram desenvolvidos, foram identificados: (n=2) estudos na Universidade Federal do Tocantins (UFT), (n=1) na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), (n=1) na Universidade Federal do Rio Grande (FURG), (n=1) na Universidade Federal de Goiás UFG, (n=1) na Universidade de Brasília (UNB) e (n=1) na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), apenas (n=2) estudos não mencionaram o local de realização da pesquisa. A maioria dos estudos fora realizado exclusivamente por pedagogos, com coautorias de pesquisadores de outras áreas, sendo: Geografia (n=2), Ciências (n=2), Administração (n=2), Comunicação Social (n=1), filosofia (n=1), Letras (n=1), Antropologia (n=1) e Química (n=1). Em relação às áreas de conhecimento dos artigos, há predominância das áreas da Educação (n=6), Antropologia (n=2) e Ciências Sociais Aplicadas e Humanidades (n=1).

No que se refere às abordagens metodológicas, trata-se de pesquisas cujo delineamento preponderante é qualitativo (n=8), em que apenas (n=1) estudo utilizou o delineamento misto. Dentre os procedimentos técnicos para coleta de dados, a entrevista (n=5) foi o procedimento mais utilizado, acompanhado do estudo de caso (n=2), pesquisa documental (n=2), observação participante (n=1) e roda de conversa (n=1). Ainda sobre as entrevistas, na maior parte dos estudos foram utilizados o roteiro de entrevista semiestruturado (n=4) e a entrevista narrativa (n=3), também foram usados a história oral de vida (n=1) e o roteiro de entrevista aberta (n=1).

Quanto a análise dos dados, foi predominante a utilização da análise de conteúdo (n=4), seguido da análise fenomenológica (n=1) e análise em mônadas (n=1), sendo que os demais estudos (n=3) não mencionaram nenhuma forma de análise de dados. Em relação aos povos estudados, foram identificados o quantitativo de 10 etnias: Baré, Guarani, Iny (Karajá), Kaingang, Karajá-Xambioá, Krahô, Terena, Ticuna, Tupinambá e Xavante.

Categorias temáticas

A análise qualitativa dos estudos foi realizada a partir da análise do conteúdo dos artigos, no qual foi possível identificar temas convergentes e divergentes entre os estudos selecionados, conforme ilustrado na Tabela 1. Os estudos abordam quatro categorias temáticas: a) ações afirmativas; b) universidade como um território; c) desafios da mulher indígena na universidade; d) protagonismo da mulher indígena.

Tabela 1*Categorização dos artigos selecionados e analisados*

Categorias temáticas	Autores/ano dos estudos	Descrição dos temas
Ações Afirmativas	Molina & Ribeiro (2021); Ruano-Ibarra & Gama (2020).	A importância das políticas de ações afirmativas para a inserção de estudantes indígenas nas universidades brasileiras.
Universidade como um território	Rodrigues et al. (2018); Arcanjo & Costa (2019).	Processo de desterritorialização e reterritorialização das mulheres indígenas na universidade.
Desafios da mulher indígena na universidade	Eleotério et al. (2022); Molina & Ribeiro (2021); Faustino et al. (2020); Ruano-Ibarra & Gama (2020); Karajá (2020); Santana & Paim (2018); Rodrigues et al. (2018).	Os desafios enfrentados por mulheres indígenas ao ingressarem no ensino superior.
Protagonismo da mulher indígena	Prsybyciem et al. (2018)	O papel da universidade para o protagonismo da mulher indígena.

Fonte: Elaboração própria.

Para melhor compreensão, serão apresentadas em subseções as categorias temáticas analisadas.

Ações afirmativas

Essa categoria, refere-se aos estudos que discorrem sobre a importância das políticas de ações afirmativas para a inserção de estudantes indígenas no ensino superior. Neste percurso, a pesquisa de Ruano-Ibarra e Gama (2020) enfatiza que na Universidade de Brasília-UNB, a inserção de estudantes indígenas ocorre por meio do vestibular específico, que apesar de ser fundamental como uma política de inclusão, não é adequado para garantir a permanência desses estudantes no ensino superior. Na pesquisa de Molina e Ribeiro (2021) realizada na Universidade Federal do Rio Grande-FURG, a forma de ingresso também ocorre por meio de processo seletivo específico, entretanto conta com diversas formas de assistência estudantil, como bolsas, auxílio moradia, alimentação e acompanhamento pedagógico. Com relação às mulheres indígenas universitárias, ambos os estudos apresentam

ausência de políticas específicas a esse grupo, onde são utilizados a mesma forma de ingresso e assistência tanto para homens quanto para mulheres indígenas.

Ainda no estudo de Ruano-Ibarra e Gama (2020), são reconhecidos a importância das políticas de ações afirmativas por oferecer acesso a grupos socialmente excluídos, entretanto, são pontuados a necessidade de garantir, além do acesso, condições dignas para permanência no ambiente universitário. Em contrapartida, o estudo de Molina e Ribeiro (2021) apesar de também reconhecer o quanto as políticas de ações afirmativas contribuem para a inserção de estudantes indígenas, acrescentam outra percepção que motivam essas ações. Essas autoras, apoiadas no conceito de governamentalidade de Foucault (2008) e do viés da governamentalidade neoliberal de Gallo (2017), problematizam a lógica das ações afirmativas, levantando um debate sobre a forma que essas ações são produzidas, defendendo a ideia de que o governo busca oportunizar condições para incluir, com o intuito de governar a todos.

Apesar disso, Molina e Ribeiro (2021) afirmam que as políticas de ações afirmativas são fundamentais para os povos indígenas chegarem à universidade. Contudo, pontuam a necessidade de considerar as especificidades que envolvem as condições para ingresso da mulher indígena no ensino superior, com o intuito de lutar pela igualdade de direitos entre homens e mulheres. Sendo primordial garantir não apenas o ingresso nas universidades, mas também condições que possibilitem a permanência das mulheres indígenas no ambiente acadêmico, através da boa convivência e acolhimento às estudantes no ensino superior (Ruano-Ibarra & Gama, 2020).

Universidade como um território

Essa categoria refere-se à universidade enquanto um território indígena, trazendo aspectos relacionados ao processo de desterritorialização e reterritorialização das mulheres indígenas na universidade. No estudo de Arcanjo e Costa (2019) são apresentados a trajetória socioespacial de uma estudante indígena e o processo de construção de sua territorialidade no ambiente acadêmico. No qual o lugar dessa mulher estabelece territorialidades através de sua vivência e cultura, enfrentando vários desafios para construir sua territorialidade na universidade, sendo que esse processo acontece à medida que essa estudante estabelece uma relação de vinculação com a universidade.

No estudo de Rodrigues et al. (2018), são reconhecidos o papel da universidade na vida das mulheres indígenas, enfatizando a necessidade de apropriação do espaço acadêmico para a produção do sentimento de pertença em face ao poder da universidade, que se apresenta de maneira heteronormativa, ocidental e eurocêntrica. Sendo papel da universidade proporcionar a reterritorialização às estudantes indígenas para poderem apropriar-se simbolicamente desse espaço. Principalmente por considerar o sentido que o território possui para as mulheres indígenas, representado por meio de simbologias e da relação de pertencimento com o território em questão (Arcanjo & Costa, 2019).

Desafios da mulher indígena na Universidade

Os estudos inclusos nessa categoria, apontam os inúmeros desafios enfrentados pelas mulheres indígenas vivenciados no território da universidade, dentre os quais estão: a dificuldade de compreensão da linguagem científica; falta de condições financeiras para custear o material didático necessário para os estudos; acesso restrito a internet; dificuldade para a produção de textos acadêmicos; racismo institucional, dificuldade na adaptação da rotina acadêmica; e preconceito

e discriminação praticados pelos estudantes não-indígenas (Eleotério et al., 2022; Faustino et al., 2020; Rodrigues et al., 2018; Ruano-Ibarra & Gama, 2020; Santana & Paim, 2018).

Outro ponto enfatizado nesses estudos, refere-se aos desafios que antecedem o ingresso na universidade. Na pesquisa de Molina e Ribeiro (2021) pontua-se um desafio específico da mulher relacionado a maternidade, em que essa mulher, mãe e indígena precisa sair de sua comunidade deixando seus (as) filhos (as) para ingressar na universidade, configurando-se como um impeditivo para concluir o ensino superior. Por isso, sair da comunidade para o indígena é uma decisão difícil por conta da ligação que possuem com seu território e sua família, principalmente para a mulher, indígena e mãe (Karajá, 2020).

Protagonismo da mulher indígena

Essa categoria trata do papel da universidade para o protagonismo da mulher indígena. No estudo de Prsybyciem et al. (2018) são apresentados o contexto das mulheres indígenas Kaingang no Curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza - Licenciatura da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus Erechim. Através da discussão de experiências educativas da participação feminina, o estudo destaca como a inserção no ensino superior contribui para a construção do conhecimento científico e empoderamento de mulheres indígenas, promovendo a autonomia, protagonismo e resistência dessas mulheres no ensino superior.

Para Prsybyciem et al. (2018) o desenvolvimento dos conhecimentos científicos aliados aos saberes tradicionais dos povos indígenas, potencializa experiências educativas e constitui na mulher indígena o empoderamento, para reconstruir o respeito a identidade e cultura indígena, assim como o fortalecimento dessa mulher para conquistar seu espaço no contexto social, político, cultural e econômico, ressignificando os conhecimentos, a linguagem, e a autonomia da mulher indígena. Em que o protagonismo feminino na universidade é importante para a ressignificação do conhecimento científico, considerando as dinâmicas sociais e culturais dos povos indígenas. Desse modo, possibilita que as mulheres indígenas se conheçam e reconheçam, reconstruindo a si mesma e sua cultura, vislumbrando o fortalecimento de sua identidade étnica no território da universidade.

Discussão

A análise da produção acadêmica identificada por meio dessa revisão, permitiu a elaboração de um panorama acerca dos artigos científicos publicados nos últimos cinco anos a respeito da presença de mulheres indígenas nas universidades brasileiras. De maneira geral, os resultados apontam que apesar do aumento significativo da presença de mulheres indígenas no ensino superior, poucos são os estudos publicados a respeito dessa temática. Neste sentido, Brito (2016) afirma que a presença indígena no ensino superior ganhou maior destaque e expressividade no contexto brasileiro apenas nas últimas décadas. No entanto, para essa autora é extremamente importante que haja uma maior participação dos próprios estudantes indígenas em defesa da garantia de seus direitos no território da universidade.

Outro dado observado nos resultados dos estudos, trata-se da importância que as políticas de ações afirmativas possuem para o ingresso de estudantes indígenas no ensino superior, sendo percebida como uma temática de destaque por representar uma forma de reduzir a desigualdade política, social e econômica entre os diversos grupos de uma sociedade. Assim, as ações afirmativas são políticas públicas criadas pelo governo ou pela iniciativa privada que objetivam criar igualdade de oportunidades para grupos e populações socialmente excluídas, corrigindo desigualdades acumuladas no decorrer dos anos (Santos, 2012). Ainda a respeito das políticas de ações afirmativas para ingresso de estudantes indígenas no ensino superior, o estudo de Ruano-Ibarra e Gama (2020) e o estudo de Molina e Ribeiro (2021) discutem além da importância dessas políticas, a ausência de políticas específicas para o ingresso da mulher indígena no ensino superior, sugerindo a criação de políticas que considerem as especificidades da mulher indígena que se desloca de sua comunidade para a cidade em busca de uma formação.

Diante disso, é evidente o quanto as políticas de ações afirmativas são fundamentais como medidas que possibilitam acesso e diminuem desigualdades entre grupos. Ressaltando que apesar das ações serem medidas advindas do governo ou pela iniciativa privada, sua efetividade ocorreu devido às lutas de movimentos indígenas por acesso à educação superior. Por isso, independente do objetivo pelo qual o governo proporcione as políticas de ações afirmativas, quer seja para oferecer acesso a grupos socialmente excluídos (Ruano-Ibarra & Gama, 2020) ou para governar a todos (Molina & Ribeiro, 2021) é inegável que o aumento do

ingresso dos povos indígenas no ensino superior realizou-se por meio da existência dessas ações, dentre as quais estão: Leis Estaduais, Leis Federais, Programa de Licenciaturas Interculturais Indígenas, Programa Universidade para Todos (PROUNI), além do acesso por vagas suplementares e especiais advindas das próprias universidades. Em que a medida mais recente, refere-se à Lei Federal n.º 12.711, conhecida como a Lei de Cotas (Paladino, 2013).

Por isso, a universidade é percebida como um espaço de disputa e resistência para a mulher indígena, afinal, quando uma mulher indígena sai de sua comunidade para ingressar na universidade, junto com essa mulher estão suas formas próprias de ver e significar suas vivências cotidianas atravessadas por sua subjetividade, coletividade, historicidade e saberes constituídos ao longo de sua vida, que diferem dos modos vividos na cidade. Logo, é natural ocorrer um estranhamento dessa mulher ao deparar-se com modos diferentes do qual estava familiarizada, onde a universidade configura-se como um território desconhecido, sendo necessário seu reconhecimento enquanto território indígena. Conforme defende Amaral (2010), é primordial que a universidade seja percebida pelas estudantes indígenas como um espaço importante de afirmação social, econômica e cultural.

Quanto à percepção da universidade como um território, os estudos (Arcanjo & Costa, 2019; Rodrigues et al., 2018) destacam que ao ingressarem na universidade as mulheres indígenas passam por um processo chamado de desterritorialização, cabendo a universidade propiciar sua reterritorialização nesse espaço. Sendo que a reterritorialização acontece a partir do momento em que as estudantes encontram familiaridade com o território da universidade, onde o acolhimento recebido por outros estudantes indígenas ajuda nesse processo (Arcanjo & Costa, 2019). Corroborando com esses estudos, Haesbaert (2009) pontua que as relações existentes entre reterritorialização e desterritorialização podem ser entendidas como as duas faces da territorialização devido seu encadeamento ao longo de um horizonte temporal amplo. Em outros termos, a reterritorialização representa a entrada das mulheres indígenas no território da universidade e a desterritorialização representa a saída de seu território comunidade. Ainda segundo Haesbaert (2009) conforme ocorrem os movimentos individuais e sociais de desterritorialização, ocorrem também novos modos de reterritorialização através do processo de des-re-territorialização, sendo impossível ter a ausência de algum tipo de territorialidade, reforçando a noção de multi-territorialidade defendida por esse autor.

No que concerne aos desafios enfrentados pela mulher indígena no território universitário, diversos estudos (Eleotério et al., 2022; Faustino et al., 2020; Karajá, 2020; Molina & Ribeiro, 2021; Rodrigues et al., 2018; Ruano-Ibarra & Gama, 2020; Santana & Paim, 2018) apontam que esses desafios são diários e perpassam o ingresso na universidade, haja vista suas particularidades enquanto mulher, indígena e estudante. Conforme pontua Schild (2016), a mulher indígena recebe atribuições, dentre as quais estão, a educação das crianças, atividades domésticas e cuidados com a saúde de seus familiares que acabam dificultando seu percurso na universidade, tornando sua luta ainda maior. Por isso, garantir o acesso para essas mulheres à universidade é fundamental, contudo, além do acesso são necessários políticas específicas que garantam também sua permanência. Haja vista que não faz sentido pensar apenas políticas para acesso, sem pensar políticas específicas que visem a permanência da mulher indígena no ensino superior, afinal, a universidade também é um território indígena.

Em virtude disso, entende-se que a universidade ao tornar-se um território indígena, colabora para o protagonismo da mulher indígena nas diversas áreas do conhecimento, possibilitando o compartilhamento entre os saberes acadêmicos e os saberes ancestrais dos povos originários. Segundo Chassot (2004) a ciência sempre foi definida como atividade desempenhada pelo gênero masculino, com limitada presença feminina. Por isso, a luta da mulher indígena configura-se em uma luta contínua permeada por obstáculos e desafios, reivindicando, além de espaços sociais, o direito à educação e respeito à sua cultura e identidade étnica, rompendo com as concepções e representações forjadas nas relações coloniais. Em que o protagonismo das mulheres indígenas “torna-se uma bandeira de luta das indígenas para mostrar as suas demandas, contribuindo para fortalecer a defesa de direitos” (Freitas & Torres, 2017, p.1).

Como limitação, essa revisão teve uma baixa quantidade de artigos encontrados, refletindo a escassez de estudos publicados nos últimos cinco anos sobre mulheres indígenas universitárias. A partir disso, entende-se que é preciso promover mais estudos sobre a mulher indígena universitária que possam contribuir para o planejamento de políticas públicas direcionadas a esse grupo, considerando o contexto vivenciado por essas mulheres e que estejam aliadas aos saberes tradicionais de seu povo. No qual a universidade seja um espaço mais inclusivo e que valorize os saberes existentes, respeitando as diferenças sociais, culturas e

étnicas, de modo que garanta igualdade e respeito a todos (Molina & Ribeiro, 2023).

Considerações finais

Este artigo teve como objetivo investigar os estudos que abordam a presença de mulheres indígenas nas universidades brasileiras nos últimos 05 anos. Dos 1.471 artigos encontrados, após a aplicabilidade dos critérios de inclusão e exclusão elegidos para essa revisão e da leitura dos títulos e resumos dos artigos pré-selecionados, verificou-se que a maioria não versava sobre a temática pesquisada, evidenciando a escassez de estudos sobre mulheres indígenas universitárias. Ao todo, foram selecionados 09 artigos que discorreram a respeito de quatro categorias temáticas, relacionadas as ações afirmativas, universidade como um território, desafios da mulher indígena na universidade e o protagonismo da mulher indígena.

A partir da análise de conteúdo dos artigos, percebeu-se que a universidade tem sido um espaço cada vez mais requerido pelos povos indígenas, em que o acesso à educação permite a esses povos um conhecimento acerca das questões sociopolíticas, possibilitando maior participação no cenário político, econômico e educacional. No qual as políticas de ações afirmativas voltadas ao ensino superior, desempenham um papel fundamental na inclusão de estudantes indígenas na universidade. No entanto, os estudos pontuam que além de ações afirmativas que garantam a inclusão de estudantes indígenas no ensino superior, são necessários criar ações que garantam a permanência desses estudantes, ações essas que considerem as especificidades dos povos indígenas, principalmente da mulher indígena que ingressa na universidade.

Apesar da presença das mulheres indígenas ocorrerem de forma mais visível e ativa nas universidades brasileiras, não significa que aconteça sem entraves e dificuldades. Afinal, as mulheres indígenas possuem diversas atribuições em sua família, relacionadas a responsabilidade de executar as atividades domésticas, responsabilidade de auxiliar na educação e saúde, além de auxiliar na produção de artesanato para sua subsistência, em que essas atribuições podem dificultar a conciliação das atividades exigidas na universidade, representando imensas barreiras para a permanência e conclusão do ensino superior.

Inúmeros são os desafios enfrentados por estudantes indígenas que decidem ingressar no ensino superior, e no caso das mulheres indígenas esses desafios tendem a serem maiores considerando todas as suas atribuições e responsabilidades, somadas aos efeitos

da cultura patriarcal ainda existente. Os estudos apontam ainda que além dos desafios que antecedem seu ingresso na universidade, como a questão da maternidade em que muitas mulheres precisam deixar seus (as) filhos (as) na comunidade para migrarem para a cidade na busca de uma formação superior, tem os desafios que acontecem no próprio território da universidade que influenciam em sua permanência nesse espaço e impedem consequentemente a finalização do curso.

Portanto, o cenário de mulheres indígenas que se deslocam de sua comunidade de origem para ingressar na universidade, gera inúmeras reflexões e inquietações. Diante disso, o presente estudo, aponta para a importância do desenvolvimento de estudos sobre a educação universitária de mulheres indígenas tanto no Brasil quanto na América Latina, com o intuito de promover reflexões e ações que contribuam em relação as políticas internas e externas de inserção, acolhimento e permanência dessas mulheres no ensino superior, possibilitando maior protagonismo e visibilidade às suas histórias, saberes e culturas compartilhados no território da universidade.

Referências

- Almeida, A.G. de., & Braga, R.B. (2022). *A presença da mulher indígena no ensino superior brasileiro* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de São Carlos]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFSCar Sorocaba. <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/16656>
- Amaral, W.R. do. (2010). *As trajetórias dos estudantes indígenas nas universidades estaduais do Paraná: sujeitos e pertencimentos* [Tese de Doutorado, Universidade Federal do Paraná]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFPR Paraná. <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/23999>
- Ames, V.D.B., & Almeida, M.L. de (2021). Indígenas e ensino superior: as experiências universitárias dos estudantes Kaingang na UFRGS. *Sociologias*, 23(56), 244-275. <https://doi.org/10.1590/15174522-98065>
- Arcanjo, J.A. (2011). *A luta pelo diploma e o diploma para a luta: educação superior para os povos indígenas* [Monografia, Universidade de Brasília]. Biblioteca Digital da Produção Intelectual Discente UNB Brasília. <https://www.bdm.unb.br/handle/10483/3490>
- Arcanjo, M.P.L., & Costa, K.G. (2019). Diálogos Interseccionais a partir da trajetória socioespacial de uma estudante indígena da UFT-Campus Araguaína. *Revista São Luís Orione*, 6(2), 1-13. <https://seer.catolicaorione.edu.br/index.php/revista-orione/article/view/129/103>
- Baniwa, G. (2019). *Educação escolar indígena no século XXI: encantos e desencantos*. Mórula.
- Barreto, A. (2014). A mulher no Ensino Superior: distribuição e representatividade. *Cadernos GEA*, 3(6), 5-46. https://flacso.org.br/files/2016/04/caderno_gea_n6_digitalfinal.pdf
- Brito, P.O. (2016). *Indígena-Mulher-Mãe-Universitária: o estar-sendo estudante na UFRGS* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul]. Repositório Digital de Teses e Dissertações da UFRGS Rio Grande do Sul. <http://hdl.handle.net/10183/148633>
- Bergamaschil, M.A., Doebber, M.B., & Brito, P.O. (2018). Estudantes indígenas em universidades brasileiras: um estudo das políticas de acesso e permanência. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 99(251), 37-53. <https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.99i251.3337>
- Chassot, A. (2004). A Ciência é masculina? É, sim senhora! *Revista Contexto & Educação*, 19(71-72), 9-28. <https://doi.org/10.21527/2179-1309.2004.71-72.9-28>
- Crenshaw, K. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, 10(1), 171-188. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>
- Collins, P.H., & Bilge, S. (2020). *Interseccionalidade*. Boitempo.
- Costa, A.B., Fontanari, A.M., & Zoltowski, A.P. (2022). Como escrever um artigo de revisão sistemática: um guia atualizado. In M.I.C. Sampaio, A. A. Z. P. Sabadini, & S.H. Koller (Orgs.), *Produção científica: um guia prático* (pp. 130-165). IP-USP.
- Dal Bó, T. (2018). *A presença de estudantes indígenas nas universidades: entre ações afirmativas e composições de modos de conhecer* [Tese de doutorado, Universidade de São Paulo]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP São Paulo. <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-25102018-105344/pt-br.php>
- David, M., Melo, M.L., & Malheiro, J.M.S. (2013). Desafios do currículo multicultural na educação superior para indígenas. *Educação e Pesquisa*, 39(1),

- 111-125.
<https://doi.org/10.1590/S1517-97022013000100008>
- Eleotério, V.R.F., Sousa, A.S., & Cunha, F.C.D.F. (2022). A Mulher Indígena Terena no Ensino Superior: tensões e possibilidades. In: R.T.R. Costa (Org.), *Por uma educação transformadora: práticas educativas antirracistas* (pp. 12-21). Científica Digital.
- Faustino, R.C., Novak, M.S.J., & Rodrigues, I.C. (2020). O acesso de mulheres indígenas à universidade: trajetórias de lutas, estudos e conquistas. *Revista Tempo e Argumento*, 12(29), 1-30. <https://doi.org/10.5965/2175180312292020e0103>
- Ferreira, I.C.F., Souza, A.L., Silva, I.R., & Pedroza, R.L.S. (2024). *Interseccionalidade e pesquisa na Amazônia: diálogos entre a psicologia e a educação* (Cap. 1, pp. 17-41). Parimpar.
- Foucault, M. (2008). *Segurança Território, População. Curso no Collège de France (1977-1978)*. Martins Fontes.
- Freitas, M.A.B de., Torres, I.C. (2017). O movimento de mulheres indígenas em Roraima: o protagonismo feminismo na luta pelos seus direitos. In Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress. *Anais Eletrônicos*. <https://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1498772313>
- Gallo, S. (2017). Biopolítica e subjetividade: resistência? *Educar em Revista*, 33(66), 77-94. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.53865>
- Haesbaert, R. (2009). *O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade*. Bertrand Brasil.
- Herbetta, A.F., & Nazareno, E. (2020). Sofrimento acadêmico e violência epistêmica: considerações iniciais sobre dores vividas em trajetórias acadêmicas indígenas. *Tellus*, 20(41), 57-82. <https://doi.org/10.20435/tellus.v20i41.640>
- Karajá, V.H.D.M. (2019). Trajetórias de uma estudante Iny (Karajá): narrativa de acesso e permanência no curso superior. *Tellus*, 20(41), 165-173. <https://doi.org/10.20435/tellus.v20i41.638>
- Lima, A.S., & Nóbrega, J.S. (2024). Sentidos e trajetórias de mulheres camponesas na Amazônia: relatos da luta pela permanência na terra e na universidade. In I.R. Silva, I.C.F. Ferreira, A.L. Souza, & R.L.S. Pedroza (Orgs.), *Interseccionalidades e produção de subjetividades: diálogos sobre racismo, sexismo e direitos humanos* (pp. 269-289). Parimpar.
- Molina, K.S., & Ribeiro, P.R.C. (2021). Mulheres Indígenas Universitárias: problematizando ações afirmativas. *Revista Diversidade e Educação*, 9(Especial), 287-313. <https://doi.org/10.14295/de.v9iEspecial.12633>
- Molina, K.S., & Ribeiro, P.R.C. (2023). “Lugar de Indígena é Onde Ela Quiser!”: um estudo com mulheres indígenas universitárias. *Revista Da FAEBA-Educação E Contemporaneidade*, 32(72), 130-147. <https://doi.org/10.21879/faeeba2358-0194.2023.v32.n72.p130-147>
- Oliveira, V.S. (2014). A mulher indígena na universidade: um estudo de caso sobre as estudantes indígenas da UFPR-setor litoral. *Divers@! Revista Eletrônica Interdisciplinar*, 7(1), 31-42. <https://revistas.ufpr.br/diver/article/view/39586>
- Paladino, M. (2013). Um mapeamento das ações afirmativas voltadas aos povos indígenas no ensino superior. In M. A. Bergamaschi, E. Nabarro, & A. Benites (Orgs.), *Estudantes indígenas no ensino superior: uma abordagem a partir da experiência na UFRGS*. (pp. 99-112). UFRGS.
- Pantoja, V., & Ferreira, B.S. (2023). Mulheres: (Re) existindo entre lutas e conquistas no campo e na cidade das Amazônias. *Revista Cadernos de Campo*, 23(2) 1-12. <https://doi.org/10.47284/cdc.v23iesp.2.19215>
- Peters, M.D.J., Marnie, C., Tricco, A.C., Pollock, D., Munn, Z., Alexander, L., McInerney, P., Godfrey, C.M., & Khalil, H. (2020). Updated methodological guidance for the conduct of scoping reviews. *JBI Evid Synth.*, 18(10), 2119-2126. <https://doi.org/10.11124/JBIES20-00167>
- Prsybyciem, M.M., dos Santos, A.P., da Silva Vier, R.F., & Silveira, R.M.C.F. (2018). Experiências educativas e empoderamento das mulheres indígenas Kaingang: formação de professoras/es em educação do/no campo. *Revista Brasileira de Educação do Campo*, 3(4), 1268-1293. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2525-4863.2018v3n4p1268>
- Sena, D.N. de., & Oliveira, M. de. (2024). Interseccionalidade entre raça e gênero: uma reflexão acerca da violência simbólica nas escolas de EJA da rede pública municipal de ensino de Manaus/AM. In I.R. Silva, I.C.F. Ferreira, A.L. Souza, & R.L.S. Pedroza (Orgs.), *Interseccionalidades e produção de subjetividades: diálogos sobre racismo, sexismo e direitos humanos* (pp. 205-225). Parimpar.
- Silva, I.R., Ferreira, I.C.F., Souza, A.L., & Pedroza,

- R.L.S. (Orgs.). (2024). *Interseccionalidades e produção de subjetividades: diálogos sobre racismo, sexismo e direitos humanos*. Parimpar.
- Rodrigues, W., Costa, K.G., Lima, M.P., & Vale, K. M.S.S. (2018). Reflexões a partir do coletivo feminista Gercília Krahô: Territorialização das estudantes indígenas da Universidade Federal do Tocantins. *Humanidades & Inovação*, 5(3), 318-326. <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeinovacao/article/view/535>
- Ruano-Ibarra, E. del S., & Oliveira, V.M. da G. (2020). Mulheres indígenas, ensino superior e colonialidade de gênero. *Antropolítica - Revista Contemporânea de Antropologia*, (50), 277-199. <https://doi.org/10.22409/antropolitica2020.i50.a42048>
- Santana, T.O., & Paim, E.A. (2018). Mônadas sobre mulheres indígenas na Universidade. *Fronteiras: Revista Catarinense de História*, 31, 49-68. <https://doi.org/10.36661/2238-717.2018n31.10558>
- Santos, J. (2012). Ações afirmativas e educação superior no Brasil: um balanço crítico da produção. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 93(234), 401-422. <https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.93i234.447>
- Schild, J. (2016). Mulheres Kaingang: seus caminhos, políticas e redes na Terra Indígena Serrinha [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFSC Santa Catarina. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/180404>
- Tricco, A.C., Lillie, E., Zarin, W., O'Brien, K.K., Colquhoun, H., Levac, D., Moher, D., Peters, M. D.J., Horsley, T., Weeks, L., Hempel, S., Akl, E. A., Chang, C., McGowan, J., Stewart, L., Hartling, L., Aldcroft, A., Wilson, M.G., Garrity, C., Lewin, S., Godfrey, C.M., Macdonald, M.T., Langlois, E.V., Soares-Weiser, K., Moriarty, J., Clifford, T., Tunçalp, Ö., & Straus, S.E. (2018). PRISMA extension for scoping reviews (PRISMA-ScR): checklist and explanation. *Annals of Internal Medicine*, 169(7), 467-473. <https://doi.org/10.7326/M18-0850>
- Vasques, M.P., Pontes, T.M., & Fernandes, A.C. (2023). Ser mulher indígena e mãe na unviersidade: desafios e perspectivas de uma estudante de agronomia. *Revista Cadernos de Campo*, 23(2), 1-29. <https://doi.org/10.47284/cdc.v23iesp.2.16903>
- Vieira, V.M.S. de A., & Torrenté, M. de O.N. de. (2022). Saúde mental e interseccionalidade entre estudantes em uma universidade pública brasileira. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 26(2), 1-16. <https://doi.org/10.1590/interface.210674>

Data de recebimento: 7 de agosto de 2023
Data de aceitação: 8 de agosto de 2024